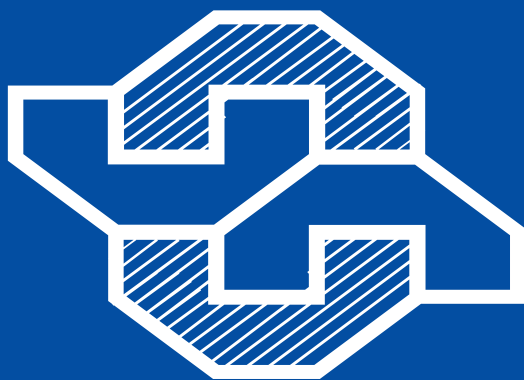




Informe ASUNIRIO

1ª edição: 1998

REMETENTE: ASUNIRIO
AV. PASTEUR, 296 - URCA
22290-240

DISTRIBUIÇÃO
GRATUITA

Associação dos Trabalhadores em educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Fundada em 10 de dezembro de 1985

MARÇO de 2019

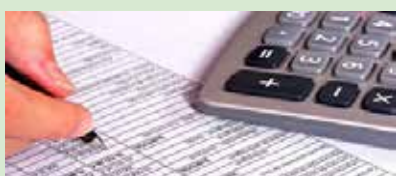
Rio de Janeiro, 28 de Março de 2019 | Ano 21 | nº 219 www.asunirio.org.br



Conselhos Superiores decidem por voto paritário e 3 segmentos realizarão consulta para Reitor. Veja calendário Eleitoral Pág. 11

Páginas 3 e 4

Prestação de contas 2018



ASUNIRIO tem suas contas referentes ao ano de 2018 aprovadas pelo conselho fiscal.

Páginas 6 e 7

Previdência



Como ficam os servidores públicos com a reforma da Previdência.

Página 10

Quilombo de Camorim



Situado junto à entrada do Parque Estadual da Pedra Branca. É reconhecido como 1º Quilombo do RJ.

Página 12

MP 873

Saiba como fica ASUNIRIO e sindicatos com decreto do Bolsonaro que acaba com desconto em folha para entidades sindicais.

ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UNIV. FED. DO EST. DO RIO DE JANEIRO-ASUNIRIO

Movimentos Mensais (Dispositivo legal: Art. 45, letra “d”, do Estatuto)

NOVEMBRO2018

RECEITAS (através de desc em consignação)

Contrib. Liq. Folha de:----->OUTUBRO41.482,44

Conta de Aplicação - BB Renda Fixa DI 500

Saldo do mês anterior.....251.279,34

Transferência de c/corrente p/aplicação25.474,71

Rendimento bruto nov505,27

Resgates p/cobrir o Conta Corrente-48.547,69

IRPJ retido p/BB S/A - aplic nov-462,97

Total da conta de Aplicação.....228.248,66

Banco do Brasil - Conta Corrente (depósitos, débitos e taxas)

Tar banc.deb.diretam.-BB-220,35

Déb Aut Cta Telef fixo (+) Velox, outros-205,63

Contribuição de associados247,69

Pagamento de adiant. Func parc 9ª/12416,66

Saldo das movimentações bancarias (depósitos/debitos/taxas).....238,37

PAGAMENTOS ATRAVÉS DA TESOURARIA

CONTA: ----->CAIXA GERAL

DESCRIÇÃO DA DESPESA

COMPLEMENTO

MÊS/REF

VAL. PAGO

Assessoria Jurídica -NF 544Escr Baully matos(*) out4.500,00

Portela Assessoria Contábil - NFS-e 7454(*) out333,72

SERPRO - GRU - Consignação-DANFE 088521(*) out128,96

FASUBRA - dep. cta. CEF - contr mensal(*) out2.074,12

Aluguel quadra esportiva Reciboquadra(*) nov360,00

TIM - conta de celulares(duas)(*)out/nov2.417,35

DARF - PIS - Folha PagamentoSecret Rec Fed(*) out18,98

Aluguel das salas pago à UNIRIO GRU Simples(*) out1.200,00

Folha de pag func(10 dias trab das férias de out)(*) out455,46

Auxilio Alimentação - Funcionário(*) nov440,00

Vale Transporte - funcionário(*) nov532,40

1ª Parc do 13º Salário(*) nov395,50

Folha de autônomos(*) out5.126,19

Guia GPS/INSS(*) out2.631,77

GFIP/FGTSGuia recolh.(*) out185,62

DARF - IRRF-PF(*) out131,41

DARF - COFINS(*) out16,28

Viagens - PassagensBrasília e P. Alegre(*) nov12.298,69

HospedagemBrasília(*) nov444,69

Diárias p/ViagemBrasília e P. Alegre(*) nov3.910,00

Agência CMI-suporte Site- Boleto Banc(*) out150,00

AJUDA CUSTO - EventoEleição de Direção(*) nov3.420,00

Adyen do Brasil LtdaFacebook(*) nov23,00

Sítio dos NetinhosAdiantamento(*) nov15.000,00

Aluguel ônibus para o SítioAdiantamento(*) nov4.400,00

Despesa c/ transporte urbano taxi/ônib/combust nov1.071,33

Aliment e Lanche - expediente int -div cupons fiscais nov404,35

Materiais de Consumo diversos - div cupons fiscais nov263,80

Correios-desp c/envio Jornal nov605,00

Taxas de uso dos cartões de débito nov19,80

Confecção de faixas nov568,00

Coffee Break - Claudia Cruz NFS-e 0002 nov1.980,00

Diárias para Viagem Brasília nov510,00

AJUDA DE CUSTO (plantões da diretoria), total >>>>2.310,00

Ajuda de Custos (Eventos)(eleição da diretoria)1.330,00

(*) Despesas pagas através de Banco (on-line)>>>>>60.594,14

Despesas pagas em dinheiro (pelo caixa)>>>>>9.062,28

TOTAL DAS DESPESAS.....69.656,42

MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS DO CAIXA

Saldo do mês anterior (caixa Geral).....8.158,40

Total das transferências para o Caixa Geral:4.200,00

Total das despesas pagas pelo Caixa Geral.....-9.062,28

Saldo do Caixa Geral.....3.296,12

ATIVO IMOBILIZADO

Invent. anterior Bens Móveis out92.541,87

Bens adquiridos no mês... nov0,00

Benfeitorias imóv de terceiros nov0,00

Saldo do inventário>>>>>92.541,87

>>>>>>>SALDOS FINANCEIROS<<<<<<<<<

Bancos C/Corrente - Bco do Brasil S/A0,00

Aplic. Financeira-Renda Fixa D-I 500-BB228.248,66

Dinheiro em poder da Tesouraria3.296,12

Total de recursos disponíveis.....231.544,78

DEZEMBRO2018

RECEITAS (através de desc em consignação)

Contrib. Liq. Folha de:----->NOVEMBRO41.519,38

Conta de Aplicação - BB Renda Fixa DI 500

Saldo do mês anterior.....228.248,66

Transferência de c/corrente p/aplicação21.010,82

Rendimento bruto dez361,97

Resgates p/cobrir o Conta Corrente-191.086,53

IRPJ retido p/BB S/A - aplic dez-81,17

Total da conta de Aplicação.....58.453,75

Banco do Brasil - Conta Corrente (depósitos, débitos e taxas)

Tar banc.deb.diretam.-BB-220,35

Déb Aut Cta Telef fixo (+) Velox, outros-214,96

Contribuição de associados245,83

Saldo das movimentações bancarias (depósitos/debitos/taxas).....-189,48

PAGAMENTOS ATRAVÉS DA TESOURARIA

CONTA: ----->CAIXA GERAL

DESCRIÇÃO DA DESPESA

COMPLEMENTO

MÊS/REF

VAL. PAGO

FASUBRA - dep. cta. CEF - contr mensal(*) nov2.074,12

Aluguel quadra esportiva Reciboquadra(*) dez360,00

TIM - conta de celularesacerto/devol(*)dez11,56

Seguro contra incêndio(2 salas)Porto Seguros(*)dez307,60

Coffee Breack-Coffee DelíciaNF-e 1081(*)dez2.500,00

Gráfica News TechnologyNF-e 5797(*)dez2.380,00

Agência CMI-suporte Site- Boleto Banc(*)nov150,00

2ª Parc do 13º Salário(*)dez332,22

Guia GPS/INSSCompetência 13(*)dez264,98

Confecção de camisasNF-e 0001(*)dez1.200,00

Aluguel ônibus p/ o Sítio -complNF-e 1585(*)dez24.200,00

Sítio dos Netinhos (NF-e 0307)complementação(*)dez106.960,00

Assessoria Jurídica -NF 554Escr Baully matos nov4.955,21

Assessoria Jurídica -NF 555Escr Baully matos13º/50%2.477,60

SERPRO - GRU - Consignação-DANFE 090706 nov129,09

Portela Assessoria Contábil - NFS-e 7522 nov333,72

Despesa c/ transporte urbano taxi/ônib/combusti dez1.915,39

Folha de pag func líquida nov1.624,04

Auxilio Alimentação - Funcionário dez440,00

Vale Transporte - funcionário dez532,40

Aliment e Lanche - expediente int -div cupons fiscais dez1.293,44

Materiais de Consumo diversos - div cupons fiscais dez1.213,42

Mensalidade Sindical - funcion0,00

Correios-desp c/envio Jornal dez940,50

Taxas de uso dos cartões de débito dez19,80

Diárias para Viagem Brasília dez850,00

Folha de autônomos dez5.126,19

Aluguel das salas pago à UNIRIO GRU Simples dez1.320,48

GFIP/FGTSGuia recolh. nov183,51

GPS/INSSGuia recolh. nov2486,22

DARF - IRRF-PF-Confins-Pis166,67

AJUDA DE CUSTO (plantões da diretoria), total >>>>>1.680,00

Ajuda de Custos (Representação)170,00

Ajuda de Custos (Eventos)(entrega de pulseiras)1240,00

(*) Despesas pagas através de Banco (on-line)>>>>>140.740,48

Despesas pagas em dinheiro (pelo caixa)>>>>>29.097,68

TOTAL DAS DESPESAS.....169.838,16

MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS DO CAIXA

Saldo do mês anterior (caixa Geral).....3.296,12

Total das transferências para o Caixa Geral:70.665,13

Total das despesas pagas pelo Caixa Geral.....-29.097,68

Saldo do Caixa Geral.....44.863,57

ATIVO IMOBILIZADO

Invent. anterior Bens Móveis nov92.541,87

Bens adquiridos no mês... dez0,00

Benfeitorias imóv de terceiros dez0,00

Saldo do inventário>>>>>92.541,87

>>>>>>>SALDOS FINANCEIROS<<<<<<<<<

Bancos C/Corrente - Bco do Brasil S/A0,00

Aplic. Financeira-Renda Fixa D-I 500-BB58.453,75

Dinheiro em poder da Tesouraria44.863,57

Total de recursos disponíveis.....103.317,32

Assinaram: Wilson/ /Sheila (pela CG),

Daniel/Louyse (p/CAF)

Nelson M. Soeiro-Contador (CRC/RJ - 026343-0)

Relação de Associados que ainda não compareceram para o recebimento do pagamento - PRECATÓRIO RPV. Ação dos 28,86% de 1995

Processo: Nº 0022240-87.1995.4.02.5101, antigo Nº 95.0022240-0.

Acompanhe a lista atualizada dos servidores da UNIRIO com pagamento autorizado na ação dos 28,86% de 1995. Os pagamentos já podem ser retirados diretamente em qualquer agência do Banco do Brasil, apresentando a Documentação exigida bem como ofício requisitório, que pode ser impresso no site do TRF. Veja se seu nome está na lista e siga os procedimentos abaixo:

Como proceder:

1- Siga para qualquer agência do banco do Brasil.

2- Leve original e cópia da Identidade, CPF, comprovante de residência e ofício requisitório (imprimir no site do TRF. (veja item 5).

3- Verificar se o escritório já procedeu o desconto de honorários de 20% do valor a receber pelo servidor, conforme pactuado com a Asunirio, fora devidamente descontado, conforme determina o parágrafo 4º, do Art. 22 da Lei nº 8.906/94.

Ligue para o escritório do Dr. Leonardo da Costa Tel: 21 3231-7717 Ofício Requisitório Passo a passo para obter o ofício requisitório de pagamento.

1- Entrar na página do Tribunal Regional Federal 2ª Região;

2- Acessar precatórios 2016;

3- Clicar em consultas (acessar pesquisa ao público);

4- Colocar o número do CPF no espaço requisitório;

5- Digitar código de verificação;

6- Clicar RPV;

7- Acessar ofício requisitório de pagamento e imprimir duas cópias.

8- Se dirigir ao Banco com os demais documentos (original e cópia da Identidade, CPF e comprovante de residência).

ANTONIO EUGENIO VALVERDE MARIANI PASSOS,
CLOVIS DO NASCIMENTO NEVES,
ELENITA DO NASCIMENTO NEVES,
ELIEL VALE DE OLIVEIRA,
FERNANDO MACEDO DE FARIAS,
GERTRUDES TEIXEIRA LOPES,
HELOIZA PINHO MACHADO,
HILDA AZEVEDO DA SILVA NOGUEIRA,
JOAO GONCALVES VIEIRA,
JOELMA FORTUNA DI CUNTO,
JORGE LUIZ RODRIGUES PEREIRA,
MARIA APARECIDA RIBEIRO MIRANDA,
MARIA DA PENHA PINHEIRO,
MARIO FERREIRA,
MILTON DA SILVA PINTO,
NAIR DE ALMEIDA TORRES,
ROBERTO NOGUEIRA DE SOUZA,
SANDRA FEITOSA DE CARVALHO,
SUELI KINUPP FEITOSA GUEDES,
TEREZA DA SILVA,
TEREZA ROSA BASTOS MICCO DUNTEZ,
THELMA SPINDOLA.

Coordenação Jurídica: Benedito Cunha Machado e Sidney Oliveira Rodrigues. Todo associado que tiver questões jurídicas com a administração ou se sentir vítima de assédio pode e deve procurar seu sindicato. End.: Av. Pasteur, 296 – Urca Tel.: 2541-0924

Prestação de contas 2018

No dia 15 de fevereiro de 2019, em assembleia realizada no auditório Vera Janacopulos, a ASUNIRIO teve suas contas referente ao ano de 2018 aprovadas por unanimidade. É compromisso de nossa entidade, prezar sempre pela transparência. Publicamos mensalmente

em nosso informativo os balancetes de todas as despesas da entidade, e semestralmente o parecer de nosso conselho fiscal eleito que deve ser aprovado em assembleia geral. Abaixo, detalhes das contas aprovadas.

Acesse também a nossa página:

www.asunirio.org.br

Demonstrativo do exercício 2018

ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - ASUNIRIO - CNPJ 29.260.486/0001-89
Rua Voluntários da Pátria, 107 - Botafogo

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO DE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2018

1.	RECEITA ORDINÁRIA BRUTA	
	Receita Bruta com Contribuição Social e Outras	509.617,19
2.	(-) DEDUÇÕES E ABATIMENTOS	0,00
3.	RECEITA ORDINÁRIA LÍQUIDA	509.617,19
4.	(-) CUSTOS OPERACIONAIS	0,00
5.	RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	509.617,19
6.	(-) DESPESAS OPERACIONAIS	645.863,17
	Despesas com Empregados	24.326,67
	Despesas c/Pessoas sem Vínc Empregatício	86.059,69
	Despesas Administrativas	531.295,46
	Despesas Financeiras	2.593,37
	Despesas Tributárias	1.587,98
7.	(-) DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	0,00
8.	OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	0,00
9.	(-) PREJUÍZO OPERACIONAL	0,00
10.	RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	0,00
11.	(-) DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	0,00
12.	DÉFICIT LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-136.245,98

DEMONSTRATIVO DE SUPERAVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS

1	Superávit até 2018	378.425,34
4	(-) Déficits Acumulados até 2018	-236.466,98
5	Saldo	141.958,36

Rio de Janeiro 31 de dezembro de 2018

WILSON FERREIRA MENDES
Coordenador Geral
CPF 467.667.317-53

FRANCISCO DANIEL DA SILVA MONTEIRO
Coordenador de Adm. E Finanças
CPF 052.963.997-14

NELSON MAXIMINO SOEIRO
Contador
CRC/RJ 026343/O-0

Origem e Aplicação dos recursos

ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO		
ASUNIRIO		
Av. Pasteur 296 - Urca	Telefone 2541-0924	C.N.P.J. 29.260.486/0001-89

ORIGEM E APLICAÇÃO DE RECURSOS		
De 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2018		
1 ORIGEM DOS RECURSOS		
2 Contribuições de Associados ou Sindicalizados	500.716,89	
3 Receita da Venda de Bens ou da Prestação de Serviços	0,00	
4 Rendimentos de Aplicações Financeiras de Renda Fixa	6.800,97	
5 Ganhos Líquidos Auferidos no Mercado de Renda Variável	0,00	
6 Doações e Subvenções	0,00	
7 Outros Recursos	2.099,33	
8 TOTAL	509.617,19	
APLICAÇÃO DE RECURSOS		
9 APLICAÇÃO DE RECURSOS		
10 Ordenados, Gratificações e Outros Pagamentos, Inclusive Encargos Sociais	110.386,36	
11 IR Retido sobre Rendimentos de Aplicações Financeiras de Renda Fixa	1.478,46	
12 IR Retido ou Pago s/Ganhos Líquidos Auferidos no Mercado de Renda Variável	0,00	
13 Impostos, Taxas e Contribuições	2.593,37	
14 Despesas de Manutenção	531.295,46	
15 Outras Despesas	109,52	
16 TOTAL	645.863,17	
17 Déficit do Exercício	-136.245,98	

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2018

Wilson Ferreira Mendes	FRANCISCO DANIEL DA SILVA MONTEIRO	Nelson Maximino Soeiro
p/Coordenação Geral	p/Coord de Adm e Finanças	Contador
CPF 467.667.317-53	CPF 052.963.997-14	CRC/RJ 026.343/O-0

Balanco patrimonial

ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - ASUNIRIO			
Av. Pasteur 296, URCA	CNPJ 29.260.486/0001-89		
	BALANÇO PATRIMONIAL	(jan/dez)	
		2018	2017
ATIVO CIRCULANTE DISPONÍVEL		103.317,32	235.763,05
Caixa Geral		44.863,57	4.841,35
Bancos C/Correntes - Banco do Brasil S/A - conta 20.651-2		0,00	0,00
Banco do Brasil - Renda Fixa DI 500 - conta 20.651-2		58.453,75	230.921,70
DIREITOS REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO		5.972,38	4.721,00
Devedores Diversos		4.721,00	4.721,00
Adiantamento a funcionário		1.251,38	0,00
Total do Ativo Circulante.....		109.289,70	240.484,05
ATIVO NÃO CIRCULANTE DIREITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO		0,00	0,00
TOTAL DO IMOBILIZADO		43.329,34	45.191,09
MOVEIS E UTENSÍLIOS E INSTAL COMERCIAIS		92.541,87	86.171,87
Móveis e Utensílios		24.203,49	18.493,49
Computadores e Periféricos		9.848,80	9.848,80
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		45.888,40	45.888,40
Equipamentos de Comunicação		5.359,42	5.359,42

Material Bibliográfico	395,00	255,00
Equipamentos de Audiovisual	6.846,76	6.326,76
(-) Depreciação e Amortização Acumulada	-49.212,53	-40.980,78
ATIVO NÃO CIRCULANTE INTANGÍVEL	0,00	0,00
INTANGÍVEL	0,00	0,00
Softwares ou Programas de Computador		0,00
(-) Amortização Acumulada de Softweres		0,00
Total do Ativo Intangível	0,00	0,00
Total do Ativo Não Circulante	43.329,34	45.191,09
Total do Ativo.....	152.619,04	285.675,14
PASSIVO CIRCULANTE		
FORNECEDORES	0,00	0,00
Fornecedores Nac de Serviços	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	7.368,54	5.335,97
Folha de Pagamento de Empregados	1.624,04	688,17
Folha de Pagamento de Autônomos	5.744,50	4.647,80
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	3.014,27	2.101,00
INSS Empregados a Recolher	170,85	67,80
INSS Empresa a Pagar	1.833,76	1.268,14
FGTS a Pagar	183,51	135,60
PIS s/Folha de Pagamento a Pagar	26,89	16,95
INSS Autônomos a Recolher	742,32	578,61
Mensalidade Sindical Empreg. a Recolher	56,94	33,90
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	277,87	33,83
IRRF a Recolher-PF	261,59	33,83
CSLL/COFINS/PIS/PASEP	16,28	0,00
Total do Passivo Circulante	10.660,68	7.470,80
PATRIMONIO LIQUIDO		
SUPERÁVIT ACUMULADO	378.425,34	378.425,34
Superávit de Exercícios Anteriores	378.425,34	274.698,46
Superávit do Exercício	0,00	103.726,88
DÉFICIT ACUMULADO	-236.466,98	-100.221,00
Déficit de Exercícios Anteriores	-100.221,00	-100.221,00
Déficit do Exercício	-136.245,98	0,00
Total do Passivo.....	152.619,04	285.675,14

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial somando tanto do lado do ativo quanto do lado do passivo a importância de **R\$ 152.619,04** (cento e cinquenta e dois mil, seiscentos e dezenove reais e quatro centavos), conforme documentos e dados por nós apresentados.

Rio de Janeiro 31 de dezembro de 2018

WILSON FERREIRA MENDES	FRANCISCO DANIEL DA SILVA MONTEIRO	NELSON MAXIMINO SOEIRO
Coordenador Geral	Coordenador de Adm e Finanças	Contador
CPF 467.667.317-53	CPF 052.963.997-14	CRC/RJ 026343/O-0

Parecer do conselho Fiscal

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA ASUNIRIO

PERÍODO (01 de janeiro até 31 de dezembro de 2018)

O CONSELHO FISCAL da Associação dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - ASUNIRIO, no uso das atribuições conferidas no Art. 52, letra “a”, do Estatuto Social da Entidade, atendeu convocação da Diretoria Executiva, nos termos do Art. 53, para realizar reunião de trabalho no dia 14 de fevereiro de 2019, com a finalidade de examinar o Relatório da Diretoria Executiva e a Prestação de Contas do período de 01 de janeiro até 31 de dezembro de 2018 **RESSALVANDO** que de janeiro até junho foram prestados contas anteriormente.

A documentação apresentada veio acompanhada das peças contábeis e extra contábeis a seguir especificadas: Inventário de Bens do Ativo Imobilizado, Balancetes Mensais, Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Origem e Aplicação de Recursos e demais controles contábeis como Diário e Razão, dos referidos meses, devidamente escriturados.

Com fundamento nas análises efetuadas na documentação e instrumentos de controles acima especificados e no relatório das atividades, este Conselho decidiu recomendar a aprovação das contas da Associação (período de julho até dezembro de 2018), após ter concluído que os respectivos instrumentos de controle para este exercício obedeceram os dispositivos estatutários e legais e que as referidas demonstrações e peças contábeis, aqui apresentadas, refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira, contemplando os negócios e as atividades desenvolvidas no período examinado.

Sala das Sessões, 14 de fevereiro de 2019

Assinaram:

Silvia Freitas dos Santos

Silvia Freitas dos Santos

Conselheira

Jose Carlos Rios

Conselheiro

Eloi Barbosa

Eloi Barbosa

Conselheira

REUNIÃO AMPLIADA DO FÓRUM DAS ENTIDADES NACIONAIS



Auditório do Hotel San Marco - Brasília.

RELATÓRIO DA REUNIÃO AMPLIADA DO FÓRUM DAS ENTIDADES NACIONAIS DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS (FONASEFE) E FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DAS CARREIRAS TÍPICAS DE ESTADO (FONACATE)

Local: Brasília - Hotel San Marco

Data: 17 de fevereiro de 2019.

AASUNIRIO esteve presente com 02 (dois) delegados participando ativamente das atividades.

Entidades presentes: - ANDES-SN - ANFFA Sindical - ASFOC-SN - ASSIBGE-SN - CONDSEF - CSP/CONLUTAS - FASUBRA - FENAJUFE - FENASPS - FENAPRF - SINAIT - SINAL - SINASEFE - SINDIRECEITA - UNACON-Sindical.

Total de 320 participantes.

Objetivos:

- 1- Fazer a avaliação da conjuntura analisando os aspectos políticos e econômicos do governo atual, seus impactos nas mudanças do estado brasileiro buscando unidade de ação e estratégias de enfrentamento e de luta;
- 2- Discutir e debater a pauta da campanha salarial 2019 adequando-a a nova realidade bem como estabelecer um calendário de luta em defesa dos servidores e dos serviços públicos.

Propostas aprovadas:

Eixo Principal: CAMPANHA CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA.

Subitens:

1. Revogação do FUNPRESP, garantia de aposentadoria integral;
2. Fim da adesão automática ao FUNPRESP;

3. Aprovação da PEC 555/06, que extingue a cobrança previdenciária dos aposentados;

4. Aprovação da PEC 56/2014, PEC 407/2018 que trata da aposentadoria por invalidez e garante a expectativa de direito em qualquer uma nas regras respectivamente;

5. Extinção do fator previdenciário e da fórmula 90/100;

6. Contar, no mínimo, em dobro, para redução de tempo de serviço, para efeito de aposentadoria, a periculosidade e insalubridade, sem necessidade de perícia técnica individual.

Eixos Gerais:

1. Contra as privatizações e o desmonte do serviço público.
2. PELA REVOGAÇÃO DA EC 95.
3. PELA REVOGAÇÃO DA REFORMA TRABALHISTA e da lei de terceirização.
4. Em defesa das liberdades democráticas, em especial, da livre manifestação e organização dos trabalhadores.

PAUTA DA CAMPANHA SALARIAL 2019:

1. Correção salarial com aplicação de índice até janeiro de 2020 (Índice do Dieese e Sinal, próximo de 33%).
2. Extensão do índice da Lei 13.464-2017 para todos os servidores federais.
3. Aplicação do valor de, no mínimo, 50% per capita da UNIAO para a manutenção de plano de saúde dos servidores.
4. Política salarial permanente com correção das distorções e reposição das perdas inflacionárias.
5. Data-base primeiro de maio.
6. Pela garantia do direito a data base em primeiro de maio. Exigir do STF o julgamento favorável do recurso 565089.
7. Direito irrestrito de greve e negociação coletiva no serviço público, com base na convenção 151 OIT.
8. Pela revogação da Lei 156/2016;
9. Paridade salarial entre ativos, apo-

sentados e pensionistas;

10. Isonomia salarial e de todos os benefícios entre os poderes;

11. Incorporação de todas as gratificações produtivistas;

12. Pela manutenção da estabilidade dos servidores públicos. Arquivamento imediato do PL 248/95 e PLS 116, e de todos projetos que atacam a estabilidade. Exigir julgamento favorável da ADI 3238 que tramita no STF e das PECs 407/2018 (estabelece o Princípio da confiança legítima em matéria previdenciária) e 442/2018 (veda a edição de medidas provisórias em matéria de direito Trabalhista e Direito previdenciário) no Congresso Nacional.

13. Liberação de dirigentes sindicais com ônus para o estado, sem prejuízo das promoções e progressões na carreira e demais direitos trabalhistas. Pela revogação do Ofício MPOG 605/16 e garantia da manutenção do servidor na folha de pagamento.

14. Retirada dos projetos do Congresso Nacional que atacam os direitos dos SPF e aprovação imediata dos projetos de interesse dos SPF;

15. Criação de novas vagas para concurso público pelo RJU e reposição imediata de cargos vagos por exoneração, falecimento ou aposentadoria;

16. Revogação da lei de criação de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e Organizações Sociais (OS);

17. Fim dos cortes no orçamento federal e ampliação do financiamento público para qualificação dos serviços e servidores públicos;

18. Regulamentação da jornada de trabalho no serviço público, para o máximo de 30 horas semanais, sem redução de salário;

19. Garantir acessibilidade aos locais de trabalho no serviço público;

20. Contra a exigência de controle de ponto por via eletrônica no serviço público;

21. Pelo cumprimento dos Termos

de acordo nº 01, 04, 07, 08, 09, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 21, 22, 23/2015 e 10/16(CONDSEF e ASMETRO-SN), nº 02/15(CNTSS e FENASPS), nº 03/15(CONDSEF, CNTSS e FENASPS) nº 05/15(FASUBRA), nº 20/15(ASFOC-SN), nº 28/15(ASSIBGE), nº 25/15(UNACON-Sindical), nº 29/15(SINPECPPF), nº 31/15(SINAL e SINBACEN) nº 02/16(SINDISCO-Nacional), nº 03/16(SINDIRECEITA), nº 04/16(SINAIT), nº 05/16(FENAPRF), nº 06/16(ANFFA-Sindical) e Lei 13.464/17 assinados com o Governo Federal;

22. Garantia plena da licença capacitação e qualificação do servidor público;

Encaminhamentos:

• Próximas reuniões do FONASEFE organizar calendário e ações específicas da campanha contra a reforma da previdência com ações nos aeroportos, pressão sobre parlamentares e campanha de mídia. Com agenda de acompanhamento no Congresso Nacional sobre os itens da campanha salarial. E orientação de organização de comitês estaduais. - Participar e fortalecer o lançamento da frente parlamentar mista em defesa da previdência social. Auditório Nereu Ramos. (Reuniões preparatórias dia 20 e 27 de fevereiro e 13 de março). Outras Campanhas:

• Defender a existência da Justiça do Trabalho e a recriação do Ministério do Trabalho. * Campanha pela criminalização da LGBT e Homofobia.

• Campanha pela valorização dos trabalhadores da educação, contra o movimento escola sem partido, contra a criminalização da educação através do protocolo de intenções intitulado "Lava jato da educação".

• Campanha em defesa dos atingidos pelo crime ambiental e humanitário que envolveu Mariana e Brumadinho. Punição para as empresas responsáveis e estatização da Companhia Vale do Rio Doce.

• Campanha contra o genocídio da juventude negra.

• Propor as centrais sindicais a preparação da construção da greve geral acompanhando o calendário de tramitação da reforma da previdência no Congresso Nacional.

• Reeditar o 3º encontro de aposentadas e aposentados das 3 esferas do serviço público.

Relatório elaborado por Gibran Ramos Jordão (CSP-Conlutas), Paulo Rodrigo Alves dos Reis (Sinasefe) e Rogerio Antônio Expedito (Condsef/Fenadsef). Adaptação Sidney Rodrigues (ASUNIRIO).

Como ficam os Servidores Públicos (ativos, aposentados e pensionistas) com a proposta da reforma da previdência apresentada pelo governo?

Para os servidores civis, pela proposta, a transição entra numa pontuação que soma o tempo de contribuição mais idade mínima, começando em 86 pontos para as mulheres e 96 pontos para os homens. A transição prevê aumento de 1 ponto a cada ano, tendo duração de 14 anos para as mulheres e de 9 anos para os homens. O período de transição termina quando a pontuação alcançar 100 pontos para as mulheres, em 2033, e 105 pontos para os homens, em 2028, permanecendo neste patamar.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 6/19, encaminhada ao Congresso pelo governo Jair Bolsonaro no dia 20 de fevereiro, faz a opção pela desconstitucionalização das regras previdenciárias, remetendo para a lei complementar a definição dos regimes previdenciários.

Para não ficar um vácuo, com a revogação dos dispositivos constitucionais que definem as atuais regras previdenciárias, a PEC fixa regras transitórias e provisórias, que valerão até que a lei complementar seja formulada, votada, aprovada, sancionada e entre em vigência.

O texto prevê 3 possibilidades de aposentadoria para os atuais servidores, sendo uma transitória e destinada a quem ingressar após a promulgação da reforma e antes da aprovação da referida lei complementar, e as outras 2 com regras de transição para os segurados anteriores à aprovação da reforma. No primeiro caso — das regras transitórias — tratada no capítulo IV da reforma, mais precisamente nos artigos 12 a 17, há 3 mudanças importantes:

- 1) no cálculo dos benefícios,
2) nos critérios de elegibilidade, e
3) no aumento da contribuição previdenciária.
- Segundo artigo 12 da PEC, até que entre em vigor a lei complementar que irá regulamentar a emenda constitucional, o servidor poderá se aposentar:
- I - voluntariamente, se cumprir, cumulativamente, os seguintes requisitos:
1) 62 anos de idade, se mulher, e 65, se homem;
2) 25 anos de contribuição para ambos os sexos;
3) 10 anos de efetivo exercício no serviço público; e
4) 5 anos no cargo.
- II - por incapacidade permanente para o trabalho, no cargo em que estiver investido, quando insuscetível de readaptação, hipótese em que será obrigatória a realização de avaliações periódicas para verificação da continuidade das condições que ensejaram a concessão da aposentadoria; ou
- III - compulsoriamente, aos 75 anos de idade.
- Os servidores com direito a idade ou tempo de contribuição diferenciado, poderão se aposentar se atender aos seguintes requisitos:
- 1) **para professor**: de ambos os sexos: aos 60 anos de idade, 30 anos de contribuição exclusivamente em afetivo exercício de funções de magistérios na educação infantil e no ensino fundamental e médio, 10 anos no serviço público e cinco no cargo efetivo que se der a aposentadoria.
- 2) **para policial**: aos 55 anos de idade, 30 anos de contribuição e 25 anos de efetivo exercício exclusivamente em cargo de natureza estritamente policial,

- para ambos os sexos.
- 3) **para o agente penitenciário ou socioeducativo, de ambos os sexos**: aos 55 anos de idade, 30 anos de efetiva contribuição e 25 anos de efetivo exercício exclusivamente em cargo dessa natureza.
- 4) **para o servidor cujas atividades sejam exercidas em efetiva exposição a agentes nocivos químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde ou associação desses agentes, vedados a caracterização por categoria profissional ou ocupação e o enquadramento por periculosidade**: aos 60 anos de idade, 25 de contribuição e efetiva exposição, 10 no serviço público e 5 no cargo.
- 5) **para o servidor com deficiência**: aos 10 anos de efetivo exercício no serviço público e cinco no cargo:
5.1) após 30 anos de contribuição, se a deficiência for considerada leve;
5.2) após 25 anos de efetivo contribuição, se a deficiência for considerada moderada; e
5.3) após 20 anos de contribuição, se a deficiência for considerada grave.
- Com exceção das aposentadorias por deficiência e das decorrentes de acidente em trabalho ou doenças profissionais e do trabalho, que corresponderão a 100% da média de contribuições “selecionadas na forma da lei”, sem paridade, todas as demais equivalerão a 60% dessa média, acrescida de 2% por cada ano que exceder a 20 de contribuição, até chegar aos 100% da média, após 40 anos de contribuição.
- Até que entre em vigor a lei que altere os planos de custeio do regime próprio, a regra transitória determina o imediato aumento da contribuição

do servidor federal para 14%, e essa alíquota será reduzida ou majorada, considerando o valor da contribuição ou do benefício recebido, de acordo com a faixas da tabela a seguir:

FAIXA SALARIAL EM REAIS (R\$)	ALÍQUOTA EFETIVA (%)
Até 1 salário mínimo	7,5
998,01 a 2.000	7,5 a 8,25
2.000,001 a 3.000	8,25 a 9,5
3.000,01 a 5.839,45	9,5 a 11,68
5.839,46 a 10.000	11,68 a 12,86
10.000,01 a 20.000	12,86 a 14,68
20.000,01 a 39.000	14,68 a 16,79
Acima de 39.000	16,79

A contribuição, nos termos da tabelle acima, também se aplica aos aposentados e pensionistas do regime próprio dos servidores na parcela que excede ao teto do regime geral de Previdência Social, atualmente de R\$ 5.839,45.

Aplica-se imediatamente, em caráter provisório, aos estados, Distrito Federal e municípios a alíquota de 14% e no prazo de 180 dias, estes entes poderão adotar o escalonamento e a progressividade da tabela acima.

As outras 2 hipóteses de aposentadoria se enquadram nas regras de transição, válidas para os servidores que ingressaram no serviço público antes da aprovação da reforma.

A **1ª regra**, aplicável ao servidor que ingressou no serviço público antes de 1º de janeiro

de 2004, **garante paridade e integralidade**, desde que o servidor comprove:

- 1) 62 anos de idade, se mulher, e 65, se homem;
- 2) 30 anos de contribuição, se mulher, e 35, se homem;
- 3) 20 anos de serviço público; e
- 4) 5 anos no cargo.

Aplicam-se a **paridade e integralidade aos professores**, com 5 anos a menos nos requisitos tempo de contribuição e 60 anos de idade, para ambos os sexos, desde que comprovem exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistérios na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

Na **2ª regra**, aplicável aos servidores que ingressaram no serviço público antes de 2004, mas não preencheram os requisitos para ter direito à paridade, e também aos que ingressaram posteriormente, desde que o comprove:

- 1) 56 anos de idade, se mulher, e 61, se homem (a partir de 2022 será exigido 57/62);
- 2) 30 anos de contribuição, se mulher, e 35, se homem;
- 3) 20 anos de serviço público;
- 4) 5 anos no cargo; e
- 5) o somatório de idade e do tempo de contribuição, incluídas frações, equivalente a 86 pontos, se mulher, e 96 votos, se homem (a partir de 2020, será acrescida 1 ponto a cada ano até atingir o limite de 100

pontos para a mulher e 105 pontos para o homem).

A lei complementar que irá dispor sobre os regimes previdenciários estabelecerá a forma como a pontuação, já majorada a partir do ano de 2020, será ajustada sempre que houver aumento da expectativa de sobrevida da população brasileira após 65 anos.

O valor da aposentadoria com base nessas regras corresponderá a 60% da médias dos salários de contribuição de todo o período contributivo, acrescida de 2% por cada ano que exceder a 20 anos de contribuição, até chegar aos 100% da média, após 40 anos de contribuição.

Os servidores com direito a regras diferenciadas (professores, policiais, deficientes, agentes penitenciários e aqueles que exercem atividades prejudiciais à saúde), se aposentam com menos idade e menos tempo de contribuição.

Para todos os servidores da regra de transição, exceto os que cumprem os requisitos da paridade e integralidade — que terão direito à integralidade até o teto do INSS (R\$ 5.839,45) e 70% da parcela que exceder ao teto — o valor da pensão devida aos conjugues ou dependentes corresponderá a uma quota de 50% da aposentadoria e 10% para cada dependente, limitado a 100%. As cotas não serão reversíveis, ou seja, serão

extintas na medida em que os filhos atinjam a maioridade.

E será devida nos termos da **Lei 13.135/15**, que condiciona sua manutenção se forem comprovadas as seguintes carências:

- 1) pelo 18 contribuições mensais ao regime previdenciário, e
 - 2) pelo menos 2 anos de casamento ou união estável anteriores ao óbito do segurado, as quais asseguram ao pensionistas/beneficiários usufruir do benefício:
- 2.1) por 3 anos, se tiver menos de 21 anos de idade;
 - 2.2) por 6 anos, se tiver entre 21 e 26 anos de idade;
 - 2.3) por 10 anos, se tiver entre 27 e 29 anos de idade;
 - 2.4) por 15 anos, se tiver entre 30 e 40 anos de idade;
 - 2.5) por 20 anos, se tiver entre 41 e 44 anos de idade; e
 - 2.6) vitalício, com mais de 44 anos de idade.

Por fim, registre-se que a reforma proíbe a acumulação de aposentadorias ou destas com pensão, com 2 exceções:

- 1) daqueles que a Constituição autoriza, no caso de professor e profissional de saúde; e
- 2) assegurada o a opção pelo benefício mais vantajoso, é assegurado o recebimento de parte de cada um dos demais benefícios, limitado aos seguintes acréscimo:

- 2.1) de 80% do segundo benefício, quando o valor for igual

ou inferior a um salário mínimo;

- 2.2) de 60% quando o valor exceder a um salário mínimo, até o limite de 2 salários mínimos;
- 2.3) de 40% do valor que exceder a 2 salários mínimos e até o limite de 3 salários mínimos; ou

- 2.4) 20% do valor que exceder a 3 salários mínimos, até o limite de 4 salários mínimos.

Assim, será feita uma complexa operação para que sejam somadas essas parcelas, no caso de haver mais de um benefício, e, na prática, o valor a ser somado ao benefício principal não poderá ultrapassar, em valores atuais, a cerca de 2 salários mínimos.

Caso o servidor tenha direito adquirido a se aposentar, mas opte por permanecer em atividade, o “abono de permanência” poderá ser reduzido, ou seja, não corresponderá à totalidade da contribuição. A lei poderá definir um valor menor a título de abono.

Este, sinteticamente, é o escopo da reforma da previdência para o servidor público.

Queiroz, Antônio Augusto de, Jornalista, consultor e analista político, diretor licenciado de Documentação do Diap e sócio-diretor da Queiroz Assessoria em Relações Institucionais e Governamentais.

UMA REFORMA QUE NÃO NOS INTERESSA

Falar de Previdência é pensar uma condição digna de vida para os trabalhadores e trabalhadoras brasileiras, ou seja, investir no social, contudo essa Reforma do Governo Bolsonaro retira direitos e tem por base a mentirosa tese de que a Previdência é deficitária. Sabemos que a Previdência Social faz parte da Seguridade Social e recebe recursos oriundos de várias

fontes, mas os governos além de não contribuírem com sua parte, ainda retiram 30% do montante da Previdência através da Desvinculação de Receitas da União (DRU), um mecanismo cujo destino nunca é bem explicado à sociedade. Em verdade o Governo Federal quer que todo o dinheiro da Previdência seja administrado pelos bancos. Além do mais, não

é sem motivo que os militares não estão aceitando essa mesma reforma, que aumenta

a desigualdade de tratamento entre a alta e a baixa patente.



1º PLENÁRIA NACIONAL FASUBRA DE 2019

Realizada no auditório da ADUnB - Associação do Docentes da UNB, nos dias 15 e 16 de fevereiro a I Plenária Nacional FASUBRA de 2019, teve a seguinte pauta:

1.Conjuntura; 2.Reforma da Previdência; 3.Campanha Salarial; 4.Defesa das Instituições Públicas de Ensino e da Democracia; 5.A Organização da Luta contra os Ataques do Governo; 6.Informes de Direção; 7.Informes de base e encaminhamentos.

A Plenária Nacional contou com a participação de 21 estados, o Distrito Federal, 40 entidades de base, 170 delegados e 3 observadores.

O primeiro dia de plenária iniciou-se com a uma palestra proferida pelo Dr. Cláudio Santos, assessor jurídico da FASUBRA, sobre a reforma da previdência.

Embora o governo não tenha apresentado oficialmente sua proposta, o Dr. Cláudio focou sua apresentação em documentos que foram veiculados pela imprensa e nas declarações feitas pelos ministros.

Após a palestra foram apresentados os informes de base e da Direção Nacional.

Como informe de base, a ASUNIRIO apresentou, através de seu delegado, o seguinte informe sobre a UNIRIO:

30 horas - depois de varias reuniões com a Reitoria, até o momento não conseguimos se quer a portaria de nomeação da comissão especial que irá tratá-la na UNIRIO. A ASUNIRIO já indicou os componentes que a ela cabe, mas a PROGEPE, até o momento, não fez sua parte e emperra todo o processo.

Pagamento dos adicionais - várias foram as reuniões sobre o tema, tanto com a comunidade universitária quanto com a Reitoria. Em todos os momentos nos foi passado pela PROGEPE que tudo corria bem e de acordo com o cronograma do governo. Informou também que não teríamos problemas de descontinuidade de pagamentos desses adicionais. Até que chegou a previa do contracheque de janeiro sem constar o referido pagamento o que provocou grande comoção entre a comunidade universitária. A ASUNIRIO provocou reunião convidando o Reitor e o Pró-Reitor de Gestão de Pessoas para, juntos, prestarem esclarecimentos aos associados da ASUNIRIO sobre o tema. A PROGEPE informou que, sobre os setores que já possuem laudos prontos, o motivo da falta de pagamento foi por falta de tempo habil e de pessoal para inserção dos dados no novo sistema. Quanto aos setores sem laudo, não há previsão visto a falta de equipamentos para aferir níveis de radiação nuclear, entre outros equipamentos.

Consulta à comunidade para Reitor - Acontecerá no próximo dia 26, a Sessão Ordinária do Conselho Universitário que deliberará sobre as normas da consulta à comunidade para a escolha do Reitor e Vice-Reitor da

UNIRIO. Tanto a ASUNIRIO quanto a ADUNIRIO tiraram posicionamentos contrários à norma técnica apresentada pelo MEC e a favor de uma consulta democrática e paritária, que será defendida por nós nessa sessão ordinária do Conselho Universitário

Ponto Eletrônico - A atual gestão da UNIRIO informou que não implantará o ponto eletrônico, que deixará para a próxima gestão tal decisão.

Denúncia de aluno - não faz muito tempo tivemos alguns eventos contra alunos de nossa universidade, em especial, o episódio em que na Urca, nas proximidades do Campus Reitoria, alunos foram severamente agredidos por supostos moradores divulgando palavras de ordem com posicionamentos favoráveis ao atual Presidente da República que na época, era candidato. Mais recentemente tivemos nosso Campus do CCJP, em Botafogo - RJ, invadida por homens que se autodenominaram policiais e arrancaram as faixas colocadas pelos alunos deste campus colocadas em forma de protesto contra o fascismo. Nessa semana O MPF pede explicações ao Reitor da UNIRIO sobre atuação de grupo político após denúncia de aluno desse mesmo Campus. Sobre suposta atuação de um grupo político atuante na universidade. Um aluno de lá fez a denúncia citando integrantes de um suposto movimento que "planejam causar a desordem social, através de manifestações em 2019". No documento de 27 páginas, o autor da denúncia diz que professores estariam reprovando em matérias; não estariam selecionando alunos que não fossem de esquerda para bolsas e também diminuindo o Coeficiente de Rendimento (CR) dos estudantes. Cabe ressaltar que a denúncia é rica em informações pessoais de alunos e professores citando endereço completo, telefone, RG, CPF, entre outras informações dos denunciados. A Reitoria ainda não divulgou nenhuma posição ou ação sobre o ultimo caso.

No período da tarde teve início o debate sobre a Conjuntura, Reforma da Previdência, campanha salarial, defesa das instituições públicas de ensino, da democracia e a organização da luta contra os ataques do governo.

O segundo dia da Plenária iniciou com a reunião dos coletivos de mulheres e aposentados. Em seguida, retomou-se a pauta com as intervenções vindas do plenário.

O eixo das falas pautou pelos ataques do governo e a reforma da previdência. Após as intervenções foi apresentada a pauta de reivindicações específicas para atualização e aprovação em plenário.

Foram apresentados dois textos de conjuntura, que foram à votação e aprovação do texto 1, que segue registrado neste informativo, além dos encaminhamentos e calendário, também pensados a este relato.

É URGENTE UNIFICAR A LUTA PARA ENFRENTAR OS ATAQUES DO GOVERNO. A última Plenária

Nacional da FASUBRA, realizada em dezembro de 2018, aprovou uma resolução de conjuntura intitulada "UNIDADE PARA ENFRENTAR OS ATAQUES DO FUTURO GOVERNO". Na ocasião o governo Bolsonaro ainda não havia tomado posse.

Nos primeiros quarenta e cinco dias do governo, Bolsonaro adotou uma série de medidas que vão contra as conquistas históricas da classe trabalhadora, como a emblemática extinção do Ministério do Trabalho.

Esses retrocessos ainda não foram compreendidos por grande parte da sociedade. Além dos ataques, o governo apresentou uma série de contradições, tanto de condutas como na nomeação de corruptos, quanto em relação aos seus discursos da campanha.

A instabilidade de posicionamentos demonstra total falta de coesão na estrutura governamental e uma estratégia de comunicação que visa confundir a população.

Outro fato intrigante é a veiculação na mídia que associa membros da família do Presidente a atos de corrupção e envolvimento com milícias, inclusive relacionando-os ao assassinato da Vereadora Marielle Franco do PSOL e seu motorista Anderson.

Agora é o momento da FASUBRA e dos sindicatos que compõem a sua base apoiar, incentivar e participar da construção da unidade dos trabalhadores para resistir aos ataques do governo Bolsonaro e defender as instituições públicas de ensino, gratuitas e de qualidade.

E imediatamente a tarefa é impulsionar a Campanha Salarial e a luta contra a Reforma da Previdência e demais ataques do Governo e Judiciário contra os direitos dos trabalhadores. Não há dúvidas de que o governo de Jair Bolsonaro, Sérgio Moro, Paulo Guedes e dos militares possuem cunho autoritário, pretende aprovar reformas ultraliberais que destruirão os serviços públicos, aprofundar a entrega do patrimônio nacional, acabando com a soberania do Brasil.

Além disso, pretende criminalizar os partidos de esquerda, progressistas, movimentos sociais e sindicatos, enquadrando-os como terroristas.

As Instituições Públicas de Ensino (IPE) estão na mira do governo. Em dezembro, durante o período de transição com o governo Temer, o Ministério da Educação anunciou a nota técnica sobre a lista triplíce para a escolha dos reitores. Trata-se de um duro ataque a autonomia e a democracia que vinham sendo praticadas nas IPE. Serão consideradas legais apenas as consultas onde o peso do voto seja de 70% para professores, em relação às outras categorias. "Votação paritária, ou que adote peso de docentes diferente de 70% será tida como ilegal", diz a nota.

As instituições já têm sofrido bastante com o corte de verbas imposto pela Emenda Constitucional 95, que congelou o orçamento e concursos por 20 anos na esfera federal. O quadro de su-

cateamento visa desmontar e eliminar as IPE aos poucos.

Outro agravante é o acúmulo de perdas salariais das trabalhadoras e trabalhadores dessas IPE, que sofrem com o arrocho salarial e sem nenhuma perspectiva de que o governo irá resolver este problema, pois não responde às entidades representativas, nem abre canal de negociação.

O projeto "Escola sem Partido" é um componente ideológico que demonstra o objetivo desse governo no campo da Educação de impedir a formação do pensamento crítico, elemento fundamental para a participação política, o que se confirma e complementa com as medidas que promovem o sucateamento dos serviços públicos em geral e, em particular, com o corte de verbas para a educação, ampliação da terceirização e consequente desmonte de Instituições Federais de Ensino.

A Instrução Normativa nº 02 constitui um duro ataque aos TAE e tem sido o principal instrumento de ameaça à jornada flexibilizada de 30 horas, além de promover a implantação do ponto eletrônico em várias IPE.

A política econômica de ajuste fiscal do governo Bolsonaro, representada por Paulo Guedes, evidencia o projeto de desmonte dos serviços públicos aprofundando as privatizações de setores estratégicos para o fortalecimento do Estado brasileiro e da sua soberania. O objetivo é instituir o "Estado Mínimo" em relação às políticas sociais que atendiam às necessidades das camadas mais pobres da população, e o "Estado Máximo" para atender às demandas do Mercado, com a entrega de estatais de setores estratégicos para o grande empresariado nacional e para os conglomerados multinacionais.

O objetivo da Reforma da Previdência é atacar o sistema de seguridade social, desconstituindo os direitos à previdência e saúde, o que facilita o seu desmonte, contribuindo assim para impedir o direito de acesso à previdência social e instituir um sistema privado de capitalização de contribuição definida, em que não há garantias de valor e recebimento do benefício.

A principal referência de Paulo Guedes é a desastrosa experiência Chilena, onde o modelo de previdência social é um exemplo de fracasso e desintegração social, o que aprofundou a situação de miséria e pobreza da população idosa no Chile.

No final, o objetivo é favorecer e enriquecer os banqueiros. O projeto de lei "anticrime organizado", de Sérgio Moro, tem como objetivo principal a criminalização de pessoas e grupos que fazem oposição a esse governo, como partidos progressistas, movimento sindical e outras organizações dos movimentos sociais. Este projeto é um ataque aos direitos democráticos de livre organização e reunião. É uma verdadeira ofensiva das classes dominantes contra as organizações e lideranças que representam os interesses dos trabalhadores, das mulheres, das

negras e negros e LGBTs.

A operação Lava Jato, que se constituía em uma iniciativa de combate à corrupção e promoção da transparência no setor público serve como artifício para o ataque às IFE, uma operação já denominada pela imprensa como “Lava Jato da Educação”, para isso o MEC e o Ministério da Justiça já firmaram convênio, no último dia 15.

Em meio a toda esta situação, onde a prioridade é a aprovação da reforma da previdência, o governo Bolsonaro enfrenta uma importante crise política. As transferências bancárias intermediadas por Queiroz e o recente episódio envolvendo o ministro Bebianno do PSL trazem à luz a verdadeira face desse governo, repleto de contradições e evidentes atos de corrupção praticados por vários de seus membros.

A tragédia anunciada provocada pelo crime da Vale em Brumadinho traz à tona uma das consequências mais cruéis do jogo capitalista na forma das privatizações, quando o lucro se sobrepõe ao valor da vida.

A falácia da melhor administração, transparência e produtividade, além de fomentar e justificar a entrega de patrimônio nacional de área estratégica, promove a ganância do grande empresário em detrimento do uso racional das riquezas naturais e proteção à natureza, à saúde e à vida dos trabalhadores e trabalhadoras e população do entorno.

Mesmo com o apoio majoritário na população, é de se pensar que haja maioria popular contra algumas das principais medidas de Bolsonaro. Trata-se de um ponto de partida importante para a construção das lutas em defesa de direitos.

A construção de um Movimento de Resistência Nacional, com todas as organizações e movimentos da classe trabalhadora e dos oprimidos e a unidade de ação mais ampla possível em defesa das liberdades democráticas são duas orientações fundamentais para enfrentar e derrotar o novo governo de extrema direita.

Em resposta à reforma da previdência, as centrais sindicais organizaram uma plenária contra esta reforma e em defesa dos nossos direitos no dia 20 de fevereiro, na Praça da Sé, em São Paulo. As organizações de Mulheres têm dado um grande exemplo de unidade na organização das mobilizações do Dia Internacional da Mulher – 8 de março, e de outros atos com as pautas feministas. Este ano, o exemplo tende a se repetir, com o foco naquilo que unifica os movimentos feministas e a esquerda. Diante da atual conjuntura política do país, propomos reafirmar os encaminhamentos aprovados na resolução política da Plenária realizada em dezembro de 2018. A federação deve orientar suas entidades de base a participarem de todas as iniciativas para unificar a luta dos trabalhadores e trabalhadoras, a começar pela Plenária convocada pelas centrais sindicais no dia 20 de fevereiro.

Precisamos priorizar a luta contra a reforma da previdência, combinada à luta em defesa dos direitos sociais, em defesa das liberdades democráti-

cas e contra as privatizações, a luta em defesa da educação pública e por melhores condições de trabalho e salário dos TAE.

PARA TANTO A PLENÁRIA NACIONAL DA FASUBRA ORIENTA:

- Realização de Encontros Regionais com a finalidade de instrumentalizar a categoria no processo de formação e atualização dos Projetos Estratégicos da Federação;
- Atuar ativamente dentro do Parlamento durante os plantões; - Participar da organização e construção da Marcha das Margaridas;
- Estado permanente de alerta e mobilização diante dos ataques do governo;
- Construir e participar das iniciativas de unidade nacional e nos estados (frentes, fóruns, comitês, etc.);
- Construir a campanha salarial unificada em conjunto com os SPF respeitando as especificidades de cada categoria;
- Buscar diálogo permanente com os segmentos da sociedade mais vulneráveis aos ataques do governo;
- Construir o dia 8 de março contra a reforma da previdência, contra o feminicídio e por justiça a Marielle Franco;
- Apoiar atos e iniciativas do dia 14 de março, data de um ano do assassinato de Marielle e Anderson e também dia de Luta dos Atingidos por Barragens.

ENCAMINHAMENTOS

- Defender a suspensão do pagamento da dívida pública e exigir a auditoria da mesma;
- Lutar para que o governo Bolsonaro coloque em regime de urgência a revogação da Lei de criação dos IFs e encaminhe o PL 11279/2019;
- Criação do coletivo Cênico da FASUBRA;
- Propor na reunião ampliada do FONASEFE um dia de paralisação para • lançamento da campanha salarial;
- Nota técnica da assessoria jurídica sobre os impactos da desconstitucionalização da lei da aposentadoria;
- Campanha nacional da FASUBRA:
- SOS Universidade
- SOS IF
- SOS CEFET
- SOS Instituições Públicas de Ensino
- Campanha contra a reforma da previdência;
- Atuar ativamente dentro do parlamento durante os plantões;
- Realizar Encontros regionais da FASUBRA;
- Campanha salarial unificada a luta contra a reforma da previdência;
- FASUBRA orientar campanha de filiação nas bases;
- Incluir no calendário, com datas importantes para a categoria 28/02, 05/03, 08/03, 14/03;
- Defender a greve geral junto às centrais na assembléia do dia 20;
- Orientar as entidades de base sobre os ataques aos setores vulneráveis, negros, LGBTI;
- Impulsionar a campanha dos STF” revoga o teto”;
- Organizar frases que dialoguem com a população na luta contrarreforma da previdência;
- Encaminhar a luta de pressão aos de-

putados, nos estados, sejam em forma de reunião, panfletagem nos estados e no parlamento, pressão nos aeroportos;

- Indicação de carta aos parlamentares para apresentar a FASUBRA;
- Participar do 8 de março;
- A FASUBRA deve se incorporar à organização da Marcha das Margaridas;
- Propor um calendário unificado de luta ao FONASEFE e as centrais;
- A Plenária Nacional da FASUBRA sindical, reunida nos dias 15 e 16 de fevereiro, em Brasília no auditório da Adunb, reconhece o resultado eleitoral do Sindtest Paraná em 2018, como um processo lícito e legítimo e ao mesmo tempo reconhece os trabalhadores da fundação Funpar como membros da Base da Federação.
- Encaminhar ofício entregue na Plenária da FASUBRA pelo Sindicato da ASSUFRGS sobre o reenquadramento dos seus aposentados para as demais bases que possuem aposentados nesta condição, para a deliberação de autorização ou não do encaminhamento do ofício ao Ministério do Planejamento Desenvolvimento e Gestão pela Direção da FASUBRA.

PAUTA ESPECÍFICA

Pauta específica do Técnico-Administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino

Reposição de Perdas e Aprimoramento da Carreira:

- Pelo aprimoramento da Carreira com correção das distorções, levando em consideração a racionalização dos cargos, piso de três salários mínimos e step de 5%;
- Reposicionamento dos aposentados e pensionistas, e concurso público via RJU para todos os níveis de classificação;
- Pela não retirada de ganhos administrativos e judiciais da Categoria – pagamento imediato;
- Reabertura de prazos para que os Técnico-Administrativos em Educação que ainda estejam no PUCRCE possam migrar para o PCCTAE;
- Pela instituição da Ascensão Funcional;
- Reconhecimento dos certificados de capacitação dos aposentados quando os mesmos se encontravam na ativa;
- Aproveitamento de disciplinas de curso de graduação e pós-graduação para todas as classes do PCCTAE para fins de progressão por capacitação;
- Reconhecimento de títulos de mestrado e doutorado obtidos fora do país;
- Posicionamento hierárquico em padrão de vencimento equivalente na tabela quando do reingresso de servidor em outro cargo do PCCTAE;
- Efetivação do Plano Nacional de Capacitação lançado em 2013;
- Extensão, para os Técnico-Administrativos em Educação, do art. 30 da lei 12772/12, que trata de afastamento para realização de estudos de pós-graduação.
- Condições de Trabalho e Qualidade no Serviço Público
- Turnos contínuos com redução da jornada de trabalho para 30 horas, sem ponto eletrônico e sem redução de salário;

- Pela revogação da Lei que cria a EB-SERH para gerir os Hospitais Universitários das Instituições Federais de Ensino e pela contratação de trabalhadores via concurso público (RJU);
- Revogação das orientações normativas (nº 6, 15 e 16) relativas à insalubridade, assegurando os direitos dos trabalhadores que já se aposentaram e dos que estão na ativa;

- Pela suspensão imediata dos cortes orçamentários nas Instituições de Ensino e recomposição do orçamento;
- Construção/ampliação de creches nas Instituições Federais de Ensino, atendendo a demanda da comunidade acadêmica;
- Construção de uma política de combate efetivo ao assédio moral nas Instituições Federais de Ensino;
- Democratização das Instituições Federais de Ensino
- Por um processo eleitoral no mínimo paritário para a escolha de gestores no âmbito das universidades públicas, de forma autônoma, com lista uninominal;
- Por uma composição paritária nos Conselhos Superiores;
- Pelo fim da criminalização das lutas e das perseguições aos dirigentes sindicais e ativistas nas Instituições Federais de Ensino Superior.

PAUTA GERAL

Pauta geral dos Servidores Públicos Federais

- Pela Revogação das Leis que criaram a EB-SERH e a FUNPRESP;
- Por uma política salarial permanente com correção das distorções e reposição das perdas inflacionárias;
- Índice linear de 27,3%;
- Estabelecimento de Data-base em 1º de maio;
- Pelo direito de negociação coletiva (convenção 151 OIT) e liberação de dirigentes para o exercício de mandato classista;
- Pela paridade salarial entre ativos, aposentados e pensionistas;
- Pela retirada dos projetos do Congresso Nacional que atacam os direitos dos trabalhadores;
- Por isonomia salarial e de todos os benefícios entre os poderes;
- Pela anulação da reforma da previdência de 2003, realizada por meio de compra de votos de parlamentares;
- Pela extinção do fator previdenciário;
- Pela incorporação de todas as gratificações produtivistas;
- Pelo fim da terceirização que retira direito dos trabalha
- A plenária nacional da FASUBRA sindical, reunida nos dias 15 e 16 de fevereiro, em Brasília no auditório da AdUnB, reconhece o resultado eleitoral do Sindtest-PR em 2018, como um processo lícito e legítimo e ao mesmo tempo reconhece que os trabalhadores da fundação – Funpar-HC como membros da Base da Federação. wgoverno retire o pedido de urgência e da pauta o PL 11279/2019, que altera a lei de criação da Rede Federal e que não contribui em nada para a Rede.

PAUTA ESPECÍFICA:

Pauta Geral dos Servidores Públicos Federais

- Índice linear de 33%;

Quilombo de Camorim



Foto de Açude do Camorim, Rio de Janeiro: Igreja São Gonçalo de Amarante (1625)

Visitamos o Primeiro Quilombo reconhecido pela Fundação Cultural Palmares em 2014, como Quilombo Camorim, onde se mantém intacta a igreja de madeira, construída pelos escravos em 1798, chamada de São Gonçalo de Amarante, onde até os dias de hoje são realizadas missas aos domingos. Quilombo este que ainda é mantido e preservado pela Associação dos Moradores

do Camorim. O acesso que leva a igreja é de pedra construída com mão de obra escrava. Convidamos a todos vocês visitarem e conhecer um pouco de nossa história, esse lugar cheio de encantos naturais, onde a natureza se encontra preservada, cachoeiras e trilhas para serem visitadas.

Telefone de contatos para agenda visitas e trilhas (021) 22780-070.



REUNIÃO DA COORDENAÇÃO NACIONAL DOS MOTORISTAS OFICIAIS FEDERAIS DAS IPES

Nos dias 15 e 16 de março de 2019, na Cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, na sede do Sindicato dos Trabalhadores das Instituições Federais de Ensino do Estado de Mato Grosso do Sul - SISTA-MS, aconteceu a reunião da Coordenação Nacional dos Motoristas Oficiais

Federais das IPES, vinculado à FASUBRA através do GT – Motoristas, Coordenação essa que a ASUNIRIO tem um representante, o Motorista Oficial Sidney Oliveira Rodrigues, que é também Coordenador da ASUNIRIO na pasta Coordenação Jurídica e Relações de Trabalho.

Nesta reunião ficou estipulado que nosso X Encontro acontecerá nos dias 03, 04 e 05 de outubro de 2019, tratamos da organização do nosso X Encontro Nacional dos Motoristas Oficiais Federais das IPES através da seguinte pauta: 1 – Valor da inscrição: Ficou definido que o valor da inscrição será de R\$250,00 (duzentos e cinquenta

reais); 2 – Verificação do local do encontro: O X Encontro será realizado na Casa de Formação São Vicente de Paulo Palotti em Campo Grande – MS que possui um espaço muito bom que comporta até 160 pessoas e conta com dormitório, cozinha industrial, churrasqueira, espaço de convívio, refeitório e amplo anfiteatro; 3 – Curso e/ou palestra dentro de nossa profissão: aprovado; 4 – Palestrantes na área de saúde dos trabalhadores de transporte: não aprovado; 5 – Palestrante jurídico e orientação em defesas dos nossos direitos: Aprovado; 6 – Acomodação dos participantes, local e valores do hotel: Aprovado junto com o item 2; 7 – Alimentação e materiais para participantes: foram apresentados orçamentos e materiais para análise da qualidade, materiais escolhidos e valores aprovados. Valor total por participante conforme item 1; 8 – Translados: Aprovado; 9 – Valores e confecção de camisetas do X Encontro: Deixamos a critério do SISTA-MS a escolha

uma vez que a mesma financiará a camisa; 10 – Outros convidados.

Infelizmente, nem tudo ocorreu sob um mar de rosas! Um de nossos Coordenadores, Everton Santos, passou por problemas junto ao seu ente sindical de base. Por causa de uma carta da FASUBRA Sindical indicando a suspensão de suas atividades e sugerindo à sua base, no mês de março, também essa suspensão, visto a publicação covarde da MP 873 pelo Sr. Presidente da República dando uma apunhalada nas costas dos sindicatos impedindo o desconto em folha dos associados das mensalidades sindicais.

A ASSUFMS ligou para a Direção da Fasubra solicitando informações sobre nossa reunião e, erroneamente, um de seus Coordenadores informou que nossa reunião também havia sido suspensa. O Coordenador Everton Santos obteve a notícia por parte da ASSUFMS do cancelamento de suas passagens, hotel e diárias já recebidas quando

já estava à caminho de Campo Grande, ele já estava embarcado na aeronave à caminho. O mesmo ficou desprovido do apoio de sua base, utilizando apenas da passagem de ida, pois já a havia utilizado e teve quem arcar com as despesas no local com hotel, taxi, alimentação e passagem de volta.

A Coordenação Nacional dos Motoristas Oficiais Federais das IPES encaminhou Ofício à FASUBRA solicitando esclarecimentos sobre o ocorrido e solicitará à ASSUFMS reconsiderar tal ato administrativo e o devido ressarcimento das despesas do Coordenador Everton Santos.

Participaram da reunião os Coordenadores: Euclides José de Oliveira Junior – UFMS, Sidney Oliveira Rodrigues – UNIRIO, Carlúcio Fleury Arantes – UFTM, Odair Alves Teixeira – UFMS, Cláudio Rogério Carneiro Pimentel – UFC, Amaury Joaquim de Farias – UFG, Jorge Luiz Gomes de Souza – UFG e Everton Santos Silva – UFSM.

Entidades da Unirio realizarão consulta para Reitor



Delegados das entidades sindicais em ato de votação na FASUBRA.



O candidato a reitor Leonardo Villela de Castro e a candidata a vice Maria do Carmo Ferreira encabeçam a chapa 1 - Unidade na Resistência Democrática.



A candidata a reitora Cláudia Alessandra Fortes Aiub e o candidato a vice Luiz Amâncio Machado de Sousa Júnior encabeçam a chapa 2 - Juntos Podemos Fazer Melhor.

Os Conselhos Superiores da UNIRIO, em sessão conjunta realizada no dia 26 de fevereiro, deliberaram pela realização de uma consulta à comunidade desvinculada do processo de eleição que será realizado no dia 9 de maio, pelo colégio eleitoral. Dessa forma, delegou-se às entidades representativas dos três segmentos (Adunirio, Asunirio e DCE) a coordenação dessa consulta, com objetivo de apresentar de forma ampla e democrática os(as) candidatos(as) que se propõe a ocupar o cargo de reitor(a) e vice-reitor(a). Ao final da sessão houve o compromisso por parte do reitor de dar apoio logístico para realização da consulta, o que na prática, não aconteceu, fazendo com que as entidades arquem com todas as despesas.

No dia 21 de março, último dia para as inscrições, duas chapas se apresentaram para participar do processo de consulta eleitoral:

A “chapa 1 - Unidade na Resistên-

cia Democrática” com os candidato a reitor Leonardo Villela de Castro e a candidata a vice Maria do Carmo Ferreira encabeçam e;

A “chapa 2 - Juntos Podemos Fazer Melhor” com a candidata a reitora Cláudia Alessandra Fortes Aiub e o candidato a vice Luiz Amâncio Machado de Sousa Júnior. Curiosamente, não tivemos um candidato de situação inscrito para esse processo, apesar, de um comunicado em carta aberta à comunidade indicar que este provável candidato deverá participar da eleição no dia 9 no colégio eleitoral, o que, se dessa forma for ocorrer, demonstrará total desprezo ao processo de consulta e aos alicerces democráticos que tanto lutamos para construir. Desta forma a ASUNIRIO conclama, todos os servidores e servidoras da UNIRIO, técnicos e docentes, bem como todos os discentes, a participarem massivamente do processo de consulta promovido pelas nossas entidades representativas e, no dia 9, dialogar

para que os senhores conselheiros, que aprovaram esse processo de consulta, refe-rendem os candidatos sabatinados na consulta, para lista triplíce que será enviada ao MEC.

Entenda o colégio Eleitoral.

Formado por representantes eleitos e reresentantes natos, incluindo indicados da reitoria, como pró-reitores e coordenadores de curso. Caberá ao colégio eleitoral no dia 9 de maio, a real tarefa de eleger 3 nomes para compor a lista triplíce que será encaminhada ou MEC para posterior escolha do presidente da república. Apesar de incomum, é possível que o colégio eleitoral escolha para lista triplíce, nomes diferentes daqueles eleitos na consulta à comunidade. Fato que seria extremamente desastroso e com danos irreparáveis a nossa já fragilizada autonomia universitária e ao processo democrático de consulta para reitor.

Debates:

Os debates acontecerão nas seguintes datas e locais:

Data		Local
26/03	10h	Auditório da EEAP
27/03	10h	Auditório do IB
28/03	13h	Auditório do HUGG
01/04	18h	Auditório do CCHS
02/04	17h	Auditório do CCJP

Datas e Locais de votação:

3,4 e 5 de abril - 8h às 20h

-Hospital Universitário Gafrée e Guinle (Rua Mariz e Barros, 775 Ti-juca);

-Instituto Biomédico (Rua Frei Caneca, 94, Centro);

-Progepe (Av. Presidente Vargas, 446, 21º andar, Centro);

-Av. Rio Branco 135, 12º andar.

-CCJP (Rua Voluntários da Pátria, 107, Botafogo);

-Reitoria (Av. Pasteur 296, Urca);

-CLA, CCH e CCET (Av. Pasteur, 458, Urca);

6 de abril - 9h às 13h

-Polos distância (EAD) da UNIRIO.

Grande mobilização contra a Reforma da Previdência



Manifestantes no centro do Rio

No último dia 22 de março, os movimentos sociais e entidades sindicais dos trabalhadores do Rio de Janeiro promoveram uma forte mobilização contra a Reforma da Previdência do Governo Bolsonaro. Uma passeata que a partir das 16h se concentrou na Candelária e seguiu pela Presidente Vargas até o Pantheon de

Duque de Caxias. Mais uma vez os trabalhadores da Cidade do Rio de Janeiro tomaram as ruas e demonstraram que unidos podem jogar abaixo qualquer medida ditatorial que o Governo Bolsonaro queira impor. AASUNIRIO esteve presente com o assessor de diretoria Luiz Cláudio, e os coordenadores Toninho e Wilson. Uma mobilização que paralisou a pista central da Avenida Presidente Vargas, tomada por milhares de trabalhadores dos mais diversos movimentos sociais. A união do povo do Rio de Janeiro é fundamental para ecoar o nosso grito por todo o país rumo a uma grande greve geral contra a retirada dos nossos direitos e das organizações dos trabalhadores.

MP Prevê fim de desconto em folha para sindicatos e associações

No dia 22 de março, dia em que trabalhadores e trabalhadoras de todo o Brasil, mobilizados e organizados por seus sindicatos, atenderam à convocação dos dirigentes ocupando as ruas em protestos contra a reforma da Previdência, o presidente Jair Bolsonaro (PSL) presidente Jair Bolsonaro editou o Decreto 9.735/2019 reafirmando o conteúdo da Medida Provisória (MP) 873, que proíbe o desconto diretamente nas folhas de pagamento de contribuição sindical, de servidores públicos e de empregados regidos pela CLT. O documento que revoga dispositivos do Decreto 8.690/2016, estende os efeitos da MP 873 a

outros tipos de entidades representativas das categorias, como associações e fundações, que também não poderão recolher as contribuições na folha.

Nesse sentido, associações como a nossa ASUNIRIO passam a ter a existência ameaçada, tendo seus financiamentos inviabilizados. Essa intervenção é uma forma de retaliação direta, ao posicionamento contrário de centenas de sindicatos e associações à reforma da previdência. O que reafirma a importância do movimento sindical para manutenção do debate e da democracia. A ASUNIRIO, assim como outros sindicatos, já entrou com ação com pedido de liminar para garantir o desconto em folha.

EVENTO EM HOMENAGEM AS MULHERES

A Coordenação de Raça, Gênero e Etnia realizou evento no dia 21 de março, em comemoração ao dia Internacional da Mulher. O evento aconteceu no anfiteatro geral do HUGG, e contou com a participação do grupo de dança Luna Said. O grupo, que é formado por mulheres de várias faixas etárias, se apresentou com tema “Mulheres Que Encantam”.

Essas mulheres têm mostrado que apesar de todas as dificuldades e transformações, físicas e psíquicas, vividas por elas em várias fases da vida, trazem a mensa-



Grupo de dança Luna Said

gem de que jamais devem desistir delas mesma, procurando viver sempre com saúde, felicidade e na prática da dança.

É importante compreendermos, que para além do trabalho, e do cuidado com a família, deve-se procurar amar e separar um tempo para pensar em nossas próprias necessidades, para assim chegarmos a velhice com saúde e felizes. O evento contou ainda com a presença dos coordenadores da ASUNIRIO na abertura e encerramento, e um agradável coffee-break para os convidados ao final.

Coordenação Geral: Wilson Ferreira Mendes., Sheila Maria Custodia Artur Bernardes e Vagner Miranda Vieira da Cunha.

Coordenação de Educação: Ana Paula da Silva Soares Rego e Sílvia Helena da Silva Figueira.

Coordenação de Administração e Finanças: Francisco Daniel da Silva Monteiro e Marcio Jaimovick.

Coordenação de Políticas Sindicais e Comunicação: Ricardo Almeida Rocha e Deise da Costa Saad.

Coordenação de Políticas Sociais, Culturais, Esporte e Lazer: Louyse Martins Gomes e Cristina Alexia Ferreira Marques da Cunha.

Coordenação Jurídica e Relações de Trabalho: Benedito Cunha Machado e Sidney Oliveira Rodrigues.

Coordenação de Assuntos de Aposentadoria e Pensão: Antonio Luiz Mendonça Correia e Maria do Carmo da Costa Dantas.

Coordenação de Raça, Gênero e Etnia: Selma Gomes Barbosa e Nancy Guima-

rães Ferreira Silva.

Coordenadores Suplentes: Edilan Fialho dos Santos, Gustavo de Mello Torres Teixeira, Josimar Coelho Rodrigues e Marcus do Espírito Santo Ferreira.

Conselho Fiscal: Sílvia Freitas dos Santos, Odilon Cesar de Oliveira Caruso e Sonia Terezinha de Oliveira

Associação dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (ASUNIRIO).

Av. Pasteur, 296, Térreo - Cep: 22290-240

Tel/Fax: (21) 2541-0924

Site: www.asunirio.org.br

Endereço eletrônico:

asunirio@asunirio.org.br

Horário de funcionamento: 10h às 16h.

Diagramação: Aline Chrispim.

Impressão: News Technology Gráfica Editora Ltda.

Tiragem: 2.000 exemplares.

O conteúdo deste informativo é de responsabilidade da Diretoria Executiva da ASUNIRIO.

Filiada à FASUBRA Sindical.